

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.116, DE 2022**

Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



**EMENDA Nº 2022**

Substitua-se o caput do artigo 3º da MP nº 1.116/2022 pelo seguinte texto:

“**Art. 3º** A implementação do reembolso-creche ficará condicionada à formalização de acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho que estabelecerá condições, prazos e valores, sem prejuízo do cumprimento dos demais preceitos de proteção à maternidade.  
.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A negociação coletiva equilibra as assimetrias de poder entre empregadas (os) e empregadores, ainda mais em temas relacionados ao direito das trabalhadoras, que acumulam múltiplas dimensões de discriminação na sociedade.

Considerando que o reembolso-creche tratado na MP tem sua definição pouco clara, é importante que o instrumento coletivo disponha sobre os critérios e condições, para que o benefício não sirva como medida discriminatória, inclusive para todas as trabalhadoras.

Sala da Comissão, 09 de maio de 2022.

Deputado **REGINALDO LOPES**  
**LÍDER DO PT**

